

BIBLIOTECA



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Newsletter Biblioteca • Publicação trimestral • n.º 1 • ano XIII • janeiro 2020

Bibliotema • A prevenção e a repressão da atividade financeira ilícita

O Banco de Portugal prossegue hoje um vasto conjunto de missões da maior relevância para o País. Algumas há muito que lhe foram atribuídas pela lei, outras foram-no mais recentemente.

Por razões várias, o grau de visibilidade dessas missões é bastante diferenciado, inclusive no próprio Banco.

Uma das que talvez tenha menos visibilidade mas que se reveste da maior importância é a da prevenção e da repressão do exercício de atividade financeira sujeita à sua supervisão por entidades não habilitadas para tal ou em violação do âmbito da autorização que lhes foi concedida.

Por razões de interesse público de natureza diversa, a lei estabelece que o exercício de um vasto conjunto de atividades de natureza financeira em Portugal se encontra *reservado às entidades para tal autorizadas ou habilitadas pelo Banco de Portugal*.

Assim, o exercício de tais atividades é apenas permitido a entidades que, nos termos do processo previsto na lei para o efeito, obtenham do Banco de Portugal uma decisão de autorização ou de habilitação (esta última, no caso de instituições financeiras autorizadas noutros Estados Membros da União Europeia). O exercício de atividade financeira por entidade não autorizada ou habilitada pode constituir crime e é uma contraordenação grave, punível, entre outras sanções, com coima, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O exercício não autorizado de atividade financeira sempre existiu. Em Portugal, por exemplo, nos anos de 1980, ficou célebre o caso da D. Branca – a quem a imprensa batizou de “banqueira do povo” –, que teve grande impacto mediático e até deu origem a uma telenovela.

Há um conjunto de fatores sociológicos a explicar a sua recorrência. Desde logo, e em primeiro lugar, o facto de proporcionar avultados ganhos àqueles que se lhe dedicam. Mas também a circunstância de beneficiar do profundo desconhecimento (e às vezes também da ganância, importa dizê-lo) e do desespero daqueles que se envolvem com essas entidades.



Índice

Bibliotema • 1

A prevenção e a repressão da atividade financeira ilícita

Destaques • 4

Novos recursos de informação • 5

Exposição • 8

50 anos Nobel da Economia

Atualmente, em virtude da generalização da Internet e da massiva utilização das redes sociais, bem como da maior dificuldade de acesso ao setor financeiro legal por parte daqueles que se encontram sobreendividados ou em incumprimento, o risco de cidadãos menos avisados entrarem em relação com entidades que ilicitamente oferecem serviços financeiros ou que, pura e simplesmente, têm objetivos criminosos, designadamente a prática do crime de burla, aumentou exponencialmente. Por isso, uma das formas de deteção de tais atividades ilícitas é prestar grande atenção ao que se passa na Internet e nas redes sociais.

Tais práticas podem originar – e originam frequentemente – graves prejuízos para as suas vítimas e são fonte de vultuosos e ilícitos ganhos para os seus autores. As taxas de juro praticadas chegam a valores inimagináveis, os clientes, por vezes, perdem os seus bens essenciais, designadamente a casa, e através da realização de operações ilegais de serviços de pagamento, em especial o envio de fundos, são movimentadas verbas impressionantes, a ponto de os seus autores, nalguns casos, se atreverem a aparecer publicamente como patrocinadores de ações meritórias para a sociedade.

Impõe-se, portanto, combater essas atividades de forma permanente e determinada, com uma estratégia preventiva e repressiva, que conduza à proteção das vítimas, à defesa do setor financeiro legal e à punição dos infratores.

É por isso mesmo que o Banco de Portugal assinala no seu sítio que “antes de iniciarem uma relação contratual, os clientes devem verificar se a entidade em causa se encontra habilitada para desenvolver o tipo de operação financeira envolvida”, sublinhando que para tal basta consultarem a lista de entidades registadas que o Banco divulga.

Com intuitos de prevenção geral, o Banco de Portugal emite também – cada vez com maior frequência – alertas públicos sobre entidades não autorizadas ou habilitadas a desenvolver atividade financeira e sobre potenciais práticas fraudulentas.

A prossecução desta missão do Banco está especificamente cometida ao Departamento de Averiguação e Ação Sancionatória e, dentro deste, à Área de Averiguação da Atividade Financeira Ilícita. Mas, evidentemente, a sua prossecução eficaz pressupõe a colaboração com muitos outros Departamentos do Banco, como é o caso, por exemplo, do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação, no *takedown* de determinados sítios usados para práticas ilícitas, ou do Departamento de Emissão e Tesouraria, através da rede regional, para efeito de diligências de observação local, quando realizadas fora de Lisboa.



Todavia, o traço mais específico desta atividade desenvolvida pelo Banco é o facto de gerar inúmeras interações com as autoridades policiais (PSP, GNR e PJ) e com o Ministério Público.

Com efeito, muitas ações são desenvolvidas pelo Banco em estreita colaboração com as autoridades policiais e o Ministério Público, que, com frequência, acompanham os técnicos do Banco em buscas e outras diligências investigatórias.

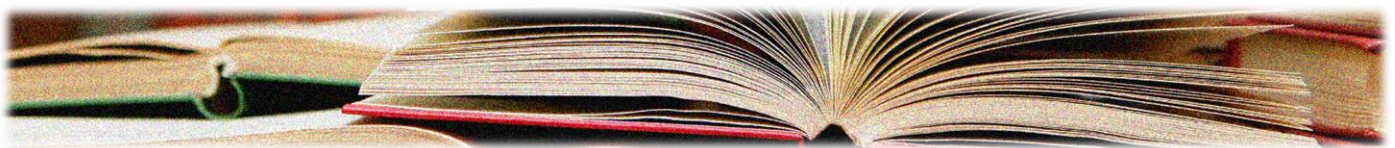
Por isso, além de competências técnicas comuns aos demais colaboradores do Banco, a adequada prossecução desta missão requer algumas qualidades particulares, de que destaco o especial gosto e aptidão para a ação investigatória, muitas vezes fora do gabinete de trabalho. O que pressupõe disponibilidade, paciência, determinação, resistência e uma sensibilidade muito especial à importância do cumprimento da lei e à vontade de criar condições para que os infratores possam ser descobertos e



punidos, em conformidade com as regras do Estado de Direito, e as vítimas protegidas e ressarcidas dos prejuízos que tiveram. Quando realizam buscas, os nossos colaboradores deparam-se muitas vezes com ambientes hostis, desagradáveis a vários títulos e, não raro, envolvendo considerável risco. Para já não falar do prolongamento da jornada de trabalho para além do que seria expectável.

Em suma, trata-se de uma atividade muito importante para a proteção dos cidadãos e do sistema financeiro e, consequentemente, para o País, que pressupõe um especial espírito de missão da parte dos colaboradores que a desenvolvem.

Luís Máximo dos Santos, janeiro de 2020



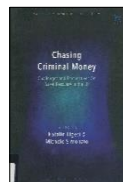
Bibliotema • Referências bibliográficas



GOUVEIA, Jorge
Bacelar;
PINHEIRO, Júlio
Elvas

Branqueamento de capitais e beneficiário efetivo: introdução e legislação

Lisboa: Petrony, 2019. 400p.
ISBN: 978-972-685-275-9



LIGETI, Katalin ;
SIMONATO,
Michele

Chasing criminal money: challenges and perspectives on asset recovery in the EU

Oxford: Hart Publishing, 2017.
378p.
ISBN: 978-1-50991-207-0



MACHADO,
Miguel da
Câmara

Regimes da prevenção de branqueamento de capitais e *compliance* bancário

Lisboa: AAFDL-Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2018. 742p.
ISBN: 978-372-629-260-9



VASCONCELOS,
Luís Miguel
Pestana de

Direito Bancário

Coimbra: Almedina, 2019. 512p.
ISBN: 978-972-40-8122-9

Bibliotema • Destaque



RODRIGUES, Anabela Miranda

Direito Penal Económico: uma política criminal na era *compliance*

Coimbra: Almedina, 2019. 146 p.
ISBN: 978-972-40-7735-2

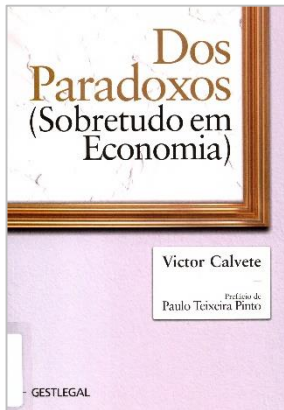
O direito penal económico assume-se, nos nossos dias, como o verdadeiro garante do desenvolvimento da cada vez mais global economia de mercado. As questões dogmáticas e político-criminais relativas à legitimidade e necessidade de punição de atividades económicas ilícitas tornam-se, por isso, cada vez mais relevantes.

A presente publicação encontra-se dividida em três partes: na primeira é abordada a legitimidade e a necessidade da intervenção penal no domínio económico, com a apresentação de algumas soluções no contexto internacional; a segunda parte é dedicada ao capitalismo regulatório e aos principais aspetos da *corporate governance* e dos programas

de *compliance*, tendo em vista os seus efeitos sobre a responsabilidade penal das empresas, e dos seus administradores e funcionários; na terceira parte aborda-se um dos vetores essenciais na evolução desta área, que é a sua europeização, nomeadamente as incriminações de abuso de mercado e de branqueamento de capitais.

Este novo livro promete ser esclarecedor, quer para os operadores jurídicos quer para o público em geral, tendo em conta a análise aprofundada das principais temáticas relacionadas com a complexa política criminal na era *compliance*, a nível nacional e comunitário.

Novidades • Destaques



CALVETE, Victor

Dos paradoxos (Sobretudo em Economia)

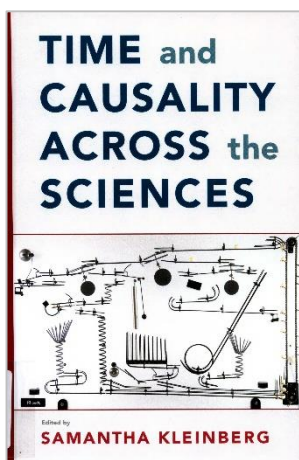
Coimbra: GestLegal, 2019. 219p.
ISBN: 978-989-8951-16-8

Espelho dos mecanismos imperfeitos que usamos para compreender a realidade e fazer evoluir o conhecimento, os paradoxos representam, nas palavras de Victor Calvete, os pontos focais da oposição entre diferentes concepções, novas ou já instaladas.

Após uma breve incursão pela sua etimologia e uma discussão quanto à utilidade como mecanismo retórico, o autor enuncia um conjunto de paradoxos que subsistem no universo

das ciências económicas, dando exemplos deixados por Adam Smith, bem como outros mais atuais, inseridos no domínio da macroeconomia, da microeconomia, das finanças, da concorrência ou do comércio internacional, entre outros.

Discutindo brevemente em que consistem, com exemplos e bibliografia para aprofundar o seu estudo, Victor Calvete procura demonstrar que 'não há nada de paradoxal nos paradoxos'.



KLEINBERG, Samantha

Time and causality across the sciences

Cambridge: Cambridge University Press, 2019. 262p.
ISBN: 978-1-108-47667-6

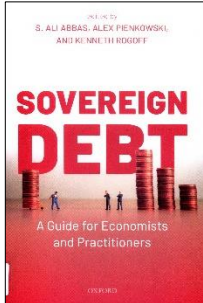
Samantha Kleinberg reúne nesta obra um conjunto de ensaios que abordam a relação entre a ordem temporal e a causalidade, numa perspetiva académica e interdisciplinar.

É tido como certo que as causas precedem os seus efeitos, e esta ordem é um ponto essencial na forma como se estabelece uma verdade científica. Com este livro, a autora apresenta um conjunto de textos que demonstram como esta relação pode ser complexa, chegando até a ser questionada por alguns domínios do saber. Após uma introdução que incide na evolução histórica da doutrina sobre a relação entre o tempo e a causalidade, bem como na especificação de alguns dos seus

postulados, seguem-se textos que demonstram as diferentes implicações desta relação em áreas ligadas às ciências naturais, como a biologia e a física ou às ciências sociais, como a economia.

Por fim, este volume dedica alguns capítulos às técnicas de análise e criação de modelos – predominantemente econométricos – sugerindo algumas modificações com vista a melhorar a sua capacidade de identificar e quantificar as relações causais, ferramenta indispensável num contexto em que há abundância de dados em bruto, e se torna necessário avaliar a sua utilidade na obtenção de conhecimento.

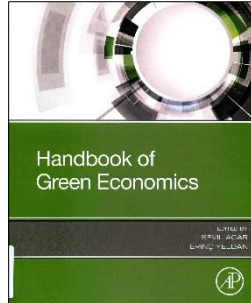
Novos recursos de informação



ABBAS, S. Ali ;
PIENKOWSKI, Alex ;
ROGOFF, Kenneth S.

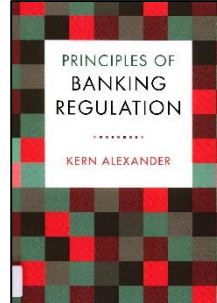
Sovereign debt: a guide
for economists and
practitioners

Oxford: Oxford University
Press, 2020. 436p.
ISBN: 978-0-19-885082-3



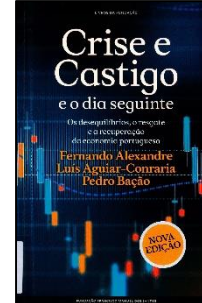
ACAR, Sevil ; YELDAN, Erinc
Handbook of green
economics

London: Academic Press, 2019.
189p.
ISBN: 978-0-12-816635-2



ALEXANDER, Kern
Principles of banking
regulation

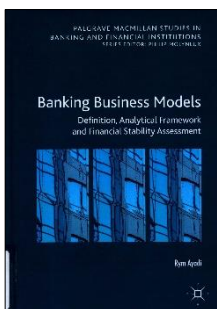
Cambridge: Cambridge
University Press, 2019. 473p.
ISBN: 978-1-108-44797-3



ALEXANDRE, Fernando ;
CONRARIA, Luís Aguiar ;
HARRIS, Christopher

Crise e castigo e o dia
seguinte: os
desequilíbrios, o resgate e
a recuperação da
economia portuguesa

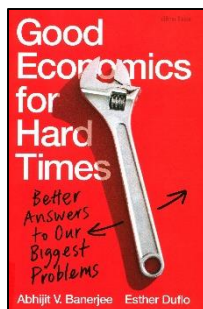
Lisboa: Fundação Francisco
Manuel dos Santos. 247p.
ISBN: 978-989-8943-91-0



AYADI, Rym

Banking business
models: definition,
analytical framework
and financial stability
assessment

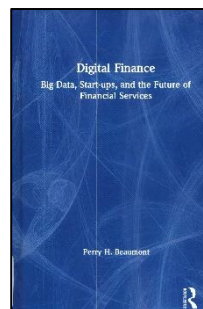
Cham: Springer Nature
Switzerland, 2019. 183p.
ISBN: 978-3-030-02247-1



BANERJEE, Abhijit V. ; DUFLO,
Esther

Good economics for hard
times: better answers to
our biggest problems

London: Allen Lane, 2019.
402p.
ISBN: 978-0-241-30689-5



BEAUMONT, Perry H.

Digital finance: big data,
start-ups, and the future of
financial services

London: Routledge Taylor and
Francis Group, 2020. 191p.
ISBN: 978-0-367-14677-1

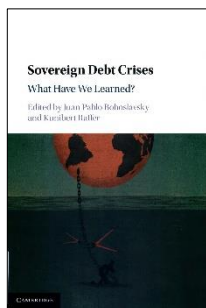


BODEN, Anne

The money revolution:
easy ways to manage your
finances in a digital world

New York: Kogan Page, 2019.
205p.
ISBN: 978-1-78966-061-6

Novos recursos de informação

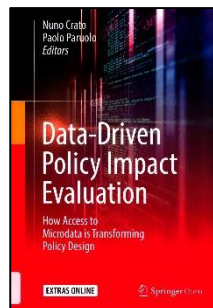


BOHOSLAVSKY, Juan Pablo ;
RAFFERT, Kunibert

Sovereign debt crisis: what
have we learned?

Cambridge: Cambridge
University Press, 2018. 294p.

ISBN: 978-1-316-64994-7

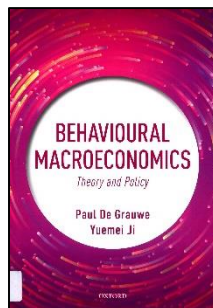


CRATO, Nuno ; PARUOLO,
Paolo

Data-driven policy impact
evaluation: how access to
microdata is transforming
policy design

Cham: Springer Nature, 2019.
346p.

ISBN: 978-3-319-78460-1

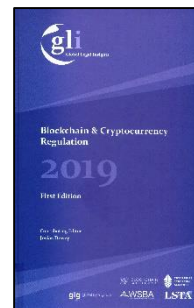


DE GRAUWE, Paul ; YUEMEI, Ji

Behavioural
macroeconomics: theory
and policy

Oxford: Oxford University Press,
2019. 260p.

ISBN: 978-0-19-883232-4



DEWEY, Josias

Global legal insights:
blockchain &
cryptocurrency regulation

London: Global Legal Group,
2019. 499p.

ISBN: 978-1-912509-35-5



FONSECA, José Soares da

Economia monetária e
financeira

Coimbra: Imprensa da
Universidade de Coimbra, 2019.
305p.

ISBN: 9789892608679

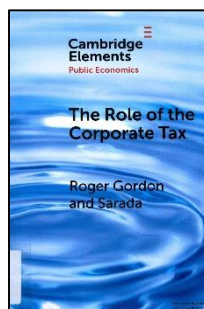


GOLDFINCH, Peter

A global guide to FinTech
and future payment
trends

London: Routledge Taylor and
Francis Group, 2019. 122p.

ISBN: 978-1-138-39446-9

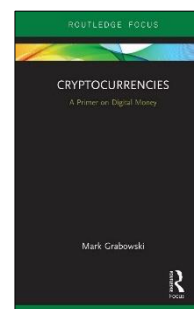


GORDON, Roger ; SARADA,
Sarada

The role of the corporate
tax

Cambridge: Cambridge
University Press, 2019. 76p.

ISBN: 978-1-108-74799-8



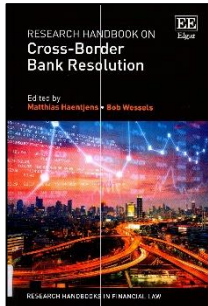
GRABOWSKI, Mark

Cryptocurrencies: a
primer on digital money

Abingdon: Routledge, 2019.
112p.

ISBN: 978-0-367-19267-9

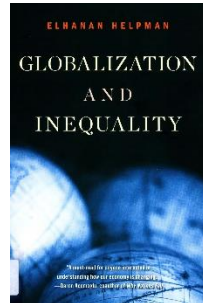
Novos recursos de informação



HAENTJENS, Matthias ;
WESSELS, Bob

Research handbook on
cross-border bank
resolution

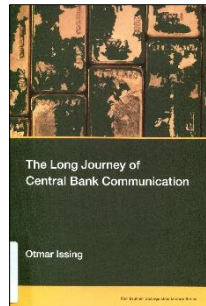
Cheltenham: Edward Elgar
Publishing, 2019. 433p.
ISBN: 978-1-78643-597-2



HELPMAN, Elhanan

Globalization and
inequality

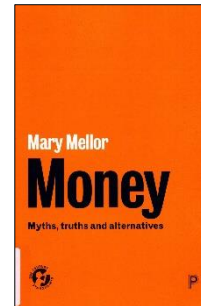
Cambridge, Mass.: Harvard
University Press, 2018. 213p.
ISBN: 978-0-674-98460-8



ISSING, Otmar

The long journey of central
bank communication

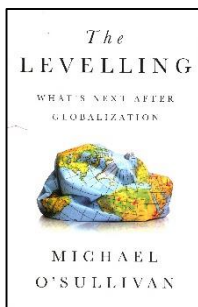
Cambridge, Mass.: MIT Press,
2019. 92p.
ISBN: 978-0-262-53785-8



MELLOR, Mary

Money : myths, truths and
alternatives

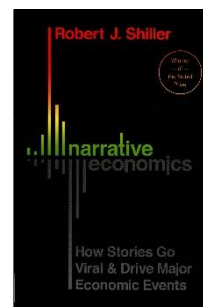
London: Policy Press, 2019.
177p.
ISBN: 978-1-4473-4627-2



O'SULLIVAN, Michael

The levelling: what's next
after globalization

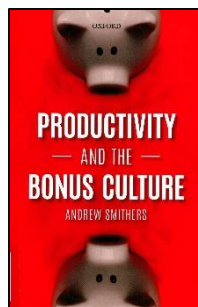
New York: PublicAffairs, 2019.
358p.
ISBN: 978-1-5417-2406-8



SHILLER, Robert J.

Narrative economics: how
stories go viral & drive
major economic events

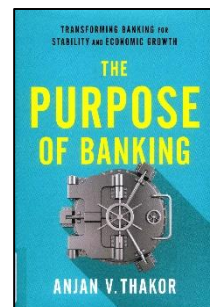
Princeton: Princeton University
Press, 2019. 377p.
ISBN: 978-0-691-18229-2



SMITHERS, Andrew

Productivity and the bonus
culture

Oxford: Oxford University Press,
2019. 169p.
ISBN: 978-0-19-883611-7



THAKOR, Anjan V.

The purpose of banking:
transforming banking for
stability and economic
growth

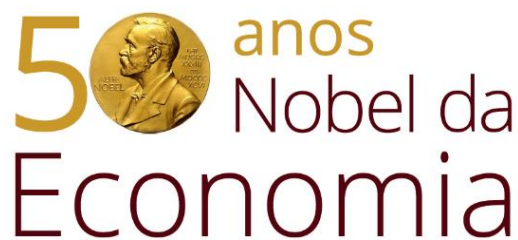
Oxford: Oxford University
Press, 2019. 232p.
ISBN: 978-0-19-091953-5

50 anos Nobel da Economia

Exposição | Biblioteca do Banco de Portugal

Para assinalar o 50º aniversário da atribuição do prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel, pela *Royal Swedish Academy of Sciences*, a Biblioteca do Banco de Portugal organizou uma exposição na sala de leitura.

No decorrer desta iniciativa realizaram-se 3 palestras distintas, a cargo dos oradores Pedro Teles, Diana Bonfim e Paulo Rodrigues, do Departamento de Estudos Económicos, onde se abordou o percurso académico e pessoal dos laureados Robert Lucas, Richard Thaler e Robert Shiller, e se expuseram as suas principais contribuições no domínio da ciência económica, avaliando o seu impacto. Reforçamos o



nosso agradecimento a todos os nela participaram.

Para encerrar este ciclo de apresentações, convidamos todos os nossos leitores a assistir à palestra “Angus Deaton e a Economia Aplicada”, a cargo de Pedro Duarte Neves, no próximo dia 17 de janeiro, pelas 12h.

Contamos com a sua presença!

Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à Internet

Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

Entrada livre

De 2.ª a 6.ª feira

9h00 – 16h30

(entrada até às 15h00)

T +351 213 130 626

F + 351 213 128 116

biblioteca@bportugal.pt